Os acordos com o sultão Hussein e o Temenggong

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O desembarque e o acordo preliminar

A expedição de Raffles desembarcou na ilha de St John em 28 de janeiro de 1819 e chegou ao rio Singapura no dia seguinte.[1] Na foz do rio, Raffles encontrou um povoado malaio chefiado pelo Temenggong Abdul Rahman, com cerca de 150 habitantes, em sua maioria malaios, e cerca de 30 chineses.[2] Em 30 de janeiro de 1819, Raffles e o Temenggong assinaram um acordo preliminar.[3]

O Temenggong estava disposto a negociar com os britânicos, mas não tinha autoridade para ceder sozinho direitos sobre a ilha. Pela constituição do sultanato de Johor-Riau, tal concessão exigia o sultão. O sultão reconhecido, Abdul Rahman, residia em Riau sob influência bugis e holandesa e não assinaria um tratado com os britânicos. Raffles precisava de um sultão próprio.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O reconhecimento de um sultão

Encontrou-o em Tengku Hussein, o filho mais velho do falecido sultão, que fora preterido na disputa sucessória após 1812 e vivia nas ilhas de Riau. Hussein foi trazido a Singapura e entronizado como sultão de Johor, com reconhecimento britânico.[4] A base jurídica do reconhecimento foi contestada desde o início. Os holandeses consideravam Abdul Rahman o sultão legítimo e Hussein um fantoche britânico. Os britânicos argumentavam que Hussein, como filho mais velho, tinha melhor direito e que a sucessão fora decidida sob pressão bugis e holandesa.

Para o jurista, o episódio é um exemplo precoce de um problema recorrente nos negócios internacionais: a questão de saber quem tem poderes para vincular um soberano ou uma sociedade. Como um contrato assinado por quem não tem poderes não vale nada, a due diligence da contraparte deve estender-se à posição constitucional do signatário. Raffles resolveu o problema reconhecendo um signatário com uma pretensão defensável. Depois que os holandeses rejeitaram essa solução, um tratado entre as potências europeias resolveu a disputa resultante cinco anos mais tarde.

O tratado de 6 de fevereiro de 1819

O tratado de 6 de fevereiro de 1819 foi celebrado entre a Companhia Britânica das Índias Orientais, representada por Raffles, e o sultão Hussein e o Temenggong Abdul Rahman. Foi redigido em inglês e em malaio, lado a lado.[5] Sua disposição central autorizava a Companhia a manter uma ou mais feitorias – isto é, entrepostos comerciais – em qualquer parte dos domínios hereditários do sultão.[6] Em contrapartida, o sultão Hussein recebia um pagamento anual de 5.000 dólares espanhóis, e o Temenggong, um pagamento anual de 3.000 dólares espanhóis.[7]

O tratado continha também disposições sobre proteção e exclusividade. O sultão comprometia-se a proteger a Companhia contra inimigos externos, enquanto a Companhia prometia assistência contra ataques externos, sem se comprometer em disputas internas. Ambos os governantes concordaram em não celebrar tratados com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

nenhuma outra nação nem admitir o estabelecimento de qualquer outra potência europeia ou americana.[8] A data de 6 de fevereiro de 1819 é reconhecida como a fundação oficial da Singapura moderna.[9]

A natureza jurídica do arranjo merece destaque. O tratado de 1819 não transferiu nem a soberania nem a propriedade da ilha. Concedeu à Companhia o direito de estabelecer um entreposto comercial, com a terra ao seu redor, sob a autoridade contínua dos governantes malaios. O Temenggong conservava a jurisdição sobre a população malaia e uma parte de certas receitas. Em suas origens, o estabelecimento era uma concessão dentro de um Estado malaio. Sua transformação em possessão britânica exigiu mais dois acordos, em 1823 e 1824, que o próximo capítulo examina.

Protesto holandês e hesitação britânica

Os holandeses protestaram de imediato. Argumentando que o sultão não tinha autoridade para conceder direitos sobre o território sem o consentimento holandês, exigiram a retirada dos britânicos.[10] Em Penang, o governador, que via o novo estabelecimento como rival, não apoiou nem Raffles nem Farquhar. Em Calcutá e em Londres, os diretores da Companhia e o governo britânico ponderavam o valor do estabelecimento frente ao risco de uma querela com os Países Baixos.[11]

Pesquisas recentes nos arquivos holandeses mostram que a posição holandesa mudou durante uma pausa nas negociações entre 1820 e 1823. O negociador holandês, Anton Reinhard Falck, passou a ver Singapura como moeda de troca para obter outras concessões dos britânicos e concluiu que renunciar a Singapura não seria uma perda real para o império holandês.[12] O Tratado Anglo-Holandês de 1824, examinado no próximo capítulo, transferiu Singapura para a esfera britânica e sancionou a partilha do mundo de Johor-Riau.[13]

Enquanto os diplomatas negociavam, o estabelecimento crescia. Quando as potências europeias resolveram a questão, Singapura já se tornara um fato comercial que nenhum dos lados podia desfazer com facilidade. Raffles compreendia essa dinâmica. Numa carta de 10 de junho de 1819, descreveu o propósito do estabelecimento em palavras que se tornaram seu lema: “Nosso objetivo não é

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

território, mas comércio, um grande empório comercial e um ponto de apoio a partir do qual possamos estender nossa influência politicamente, conforme as circunstâncias venham a exigir."[14]

Da feitoria à soberania

O tratado de 1819 deixou incerta a situação jurídica do estabelecimento. A Companhia detinha um entreposto comercial, enquanto os governantes malaios conservavam a jurisdição e pretensões sobre receitas. A terra fora da área da Companhia permanecia sob sua autoridade. Esse arranjo não servia a uma cidade em crescimento, cujos mercadores precisavam de títulos seguros sobre a terra e de uma ordem jurídica única.

Em 7 de junho de 1823, Raffles celebrou um novo acordo com o sultão e o Temenggong. Em troca de pagamentos mensais vitalícios de 1.500 e 800 dólares espanhóis, respectivamente, eles renunciaram a seus poderes judiciais e a seus direitos sobre a terra, o que submeteu a ilha ao direito britânico.[15] O Tratado de Amizade e Aliança de 2 de agosto de 1824, celebrado por John Crawfurd, completou o processo, cedendo a ilha integralmente à Companhia Britânica das Índias Orientais.[16] As consequências jurídicas desses acordos para a propriedade, os tribunais e o direito são o tema do próximo capítulo.

Notas

1. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): a expedição chegou a Singapura em 29 de janeiro de 1819, depois de desembarcar na ilha de St John na véspera. ↩
2. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): o povoado compreendia cerca de "150 people governed by the Temenggong, most of them Malays, with around 30 Chinese". ↩
3. Wikipedia, "1819 Singapore Treaty" (acesso em setembro de 2026): um tratado provisório foi assinado em 30 de janeiro de 1819. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

4. Hussein foi trazido a Singapura das ilhas de Riau, onde vivia em condições modestas, e proclamado sultão pouco antes da assinatura do tratado; ver Wikipedia, "Hussein Shah of Johor", e Carl A. Trocki, *Prince of Pirates*, Singapura, NUS Press, 2ª ed. 2007, capítulo 3. ↩
5. Wikipedia, "1819 Singapore Treaty" (acesso em setembro de 2026): partes e signatários; o tratado foi redigido em inglês e em malaio, apresentados lado a lado. ↩
6. Wikipedia, "1819 Singapore Treaty" (acesso em setembro de 2026): a Companhia foi autorizada a "maintain a factory or factories on any part of His Highness's hereditary Dominions". ↩
7. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): o sultão recebia "a yearly sum of 5,000 Spanish dollars, with the Temenggong receiving a yearly sum of 3,000 Spanish dollars". ↩
8. Wikipedia, "1819 Singapore Treaty" (acesso em setembro de 2026), sobre as obrigações recíprocas e o compromisso de não "enter into any treaty with any other nation … nor admit … the settlement … of any other power European or American". ↩
9. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): a data "is recognised as the official founding of modern Singapore". ↩
10. Wikipedia, "1819 Singapore Treaty" (acesso em setembro de 2026): os Países Baixos contestaram o acordo, argumentando que o sultão não tinha autoridade para ceder território sem o consentimento holandês. ↩
11. Sobre a oposição do governo de Penang, sob o governador Bannerman, ao novo estabelecimento e as hesitações em Calcutá e Londres, ver Wurtzburg, *Raffles of the Eastern Isles*, e Nicholas Tarling, *Anglo-Dutch Rivalry in the Malay World 1780–1824*, Cambridge, Cambridge University Press, 1962. ↩
12. Peter Borschberg, "Dutch Objections to British Singapore, 1819–1824: Law, Politics, Commerce and a Diplomatic Misstep", *Journal of Southeast Asian Studies*, v. 50, n. 4, dezembro de 2019 (resumo). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

13. Peter Borschberg, "Dutch Objections to British Singapore, 1819–1824", *Journal of Southeast Asian Studies*, v. 50, n. 4, dezembro de 2019 (resumo: transferência de Singapura para o controle britânico pelo artigo 12 do tratado de 1824). ↩
14. Raffles ao coronel Addenbrooke, 10 de junho de 1819, citado em "Letters and Correspondences of Raffles", *The History Makers* (samhistmakers), acesso em setembro de 2026; a carta está reproduzida em Lady Sophia Raffles, *Memoir of the Life and Public Services of Sir Thomas Stamford Raffles*, Londres, 1830. ↩
15. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): acordo de 7 de junho de 1823; "lifelong monthly payments of $1,500 and $800 respectively" em troca da renúncia ao "judicial power and rights to the lands". ↩
16. Wikipedia, "Founding years of modern Singapore" (acesso em setembro de 2026): tratado de 2 de agosto de 1824 assinado por Crawfurd; Singapura "officially fully ceded to the East India Company"; os chefes receberam um montante adicional de 20.000 dólares espanhóis. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.